

Reduzindo Barreiras: Modernização da Habilitação para Motociclistas no Brasil

Nota Técnica 01/2025

Em 2024, o Brasil tinha 32,5 milhões de usuários de motocicletas, motonetas e ciclomotores, sendo as motocicletas responsáveis por 80,9% desse total. A popularidade desses veículos se deve principalmente à acessibilidade financeira, eficiência no trânsito urbano e baixo custo de manutenção. Eles se destacam como uma alternativa de transporte essencial em regiões com precária infraestrutura e transporte público inexistente ou mal planejado.

No entanto, apesar da crescente importância desses veículos na mobilidade urbana e rural, o processo de habilitação permanece complexo e caro para grande parte do povo brasileiro.

Portanto, a desburocratização do processo de obtenção da CNH é um passo crucial para garantir que mais pessoas tenham acesso à habilitação, formalizando a utilização desses veículos sem sacrificar a segurança no trânsito. Uma política de simplificação, aliada à educação continuada e à fiscalização rigorosa, pode transformar esse cenário.

Essa modernização se alinha com desafios econômicos e sociais como a necessidade de garantir mais opções de transporte e a inclusão de milhões de brasileiros que dependem desses veículos para se deslocar e trabalhar.

1. Reafirma o direito à mobilidade como um princípio fundamental da liberdade individual, defendendo que o acesso ao transporte deve ser facilitado por meio de processos menos onerosos e burocráticos;

2. Valoriza a segurança como pilar essencial na condução de veículos de duas rodas, ressaltando que a simplificação da habilitação deve estar sempre acompanhada de um foco claro na educação pelo cumprimento das normas de trânsito;

3. Entende que a modernização das políticas de habilitação pode gerar impactos econômicos e sociais positivos, tanto ao formalizar a condução de milhões de brasileiros, quanto ao reduzir as barreiras de acesso a um meio de transporte essencial em regiões de baixa renda;

4. Acredita ser urgente a revisão das políticas atuais, para que o Brasil possa garantir um trânsito mais seguro e inclusivo, com regulamentações que respeitem a diversidade e as necessidades da população, promovendo uma maior adesão às normas e incentivando o uso responsável desses veículos.

Com essas diretrizes, é possível defender uma mobilidade urbana acessível e segura, por meio da desburocratização do processo de habilitação para condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores, sempre enfatizando a segurança no trânsito e o fortalecimento da liberdade de escolha.

Sobre isso, o Livres:

1. Motos representam alternativas

de locomoção e trabalho

No Brasil, cerca de 28% dos veículos registrados são motocicletas, motonetas ou ciclomotores, os tão conhecidos veículos sobre duas rodas. O Maranhão lidera o ranking de preferência por esse tipo de veículo, com 59,7% do total da frota de veículos do estado sendo de motos, seguido pelo Piauí (54,5%), Pará (54,5%), Acre (53,1%) e Rondônia (51,2%), todos nas regiões Norte e Nordeste. Dados da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) evidenciam a relação entre fatores socioeconômicos, geográficos e culturais com a predominância de veículos sobre duas rodas.¹

Nesse sentido, mesmo que o uso de transporte público coletivo ainda seja o principal meio de locomoção dessa camada da sociedade, desde 2017 tem havido uma queda nos passageiros de ônibus, enquanto o uso de motocicletas vem aumentando, com um crescimento de 5,1% para 10,9% no período.²

Muitos brasileiros em situação de relativa vulnerabilidade tendem a comprar veículos de duas rodas para conquistarem autonomia no deslocamento dentro das cidades. Outros fatores relacionados ao aumento das decisões de compra de veículos de duas rodas são o aumento dos preços de carros e a oportunidade gerada por trabalhos autônomos como MotoUber e Serviços de entrega como Ifood.³

2. Irregularidades impactam em Infrações e na segurança no Trânsito

Com essa popularidade, também surgem os riscos. Em 2023, foram registradas mais de 1,3 milhão de infrações envolvendo motocicletas, motonetas e ciclomotores. A mais comum, representando 43% dos casos, foi o não uso do capacete de segurança. Este fator aponta para a necessidade de mantermos um foco direcionado na formação correta dos condutores, especialmente no que diz respeito à segurança.

Nesse contexto, um estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS) indica que o uso adequado do capacete pode reduzir em até 69% o risco de lesões graves e em 37% o risco de morte em sinistros envolvendo motociclistas.⁴

Vale destacar que as motocicletas representam pelo menos 25% dos sinistros e mais de 30% das fatalidades no trânsito. Isso expõe a vulnerabilidade dos condutores de veículos de duas rodas em comparação com motoristas de automóveis.⁵

Essas elevadas taxas evidenciam a necessidade de ampliar o acesso a uma formação básica em segurança viária sem excessiva burocracia e altos custos. O atual processo de habilitação é caro e burocrático, o que **desestimula muitas pessoas a buscarem a regularização, levando-as a dirigir sem qualquer formação** ou conhecimento das regras de trânsito. Como resultado, mais da metade dos brasileiros (53,8%) opta por conduzir veículos de duas rodas sem permissão, aumentando os acidentes e mortes.⁶

Simplificar o processo de habilitação pode incentivar mais pessoas a se regularizarem e

receberem ao menos uma formação básica, reduzindo o número de condutores sem nenhum preparo. Isso contribuiria para a meta do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans), que visa diminuir em 50% o número de mortes no trânsito até 2030.

No entanto, essa simplificação deve ser implementada com responsabilidade, garantindo que os condutores compreendam a importância de utilizar equipamentos de segurança, dirigir defensivamente e respeitar as leis de trânsito, bem como acompanhada de campanhas de conscientização e reforço das práticas seguras.

Ao tornar o processo de habilitação mais acessível e menos burocrático, é possível reduzir a letalidade e os acidentes no trânsito e também promover uma educação de trânsito adequada.

3. Alto Custo para a CNH no Brasil

Um dos principais entraves para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação no Brasil é o seu custo elevado. A burocracia, os gastos com autoescolas e taxas do Detran fazem com que o processo se torne inacessível para grande parte da população, especialmente em um país onde o rendimento domiciliar per capita é baixo, de R\$ 2.069.⁷

Para se ter uma ideia, as autoescolas cobram em média R\$ 1.600 (mil e seiscentos reais) pelo pacote completo para a habilitação da categoria A (Motos), enquanto a categoria B facilmente ultrapassa os R\$ 2.000 (dois mil reais). Além disso, ainda é preciso pagar a

parte o exame médico/psicotécnico, cujo valor médio é de R\$ 245.⁸

Em São Paulo, por exemplo, o total de gastos para tirar a CNH chega a R\$ 2.333,24, com R\$ 463,24 sendo gastos com o Detran e R\$ 1.870,00 com a autoescola. Em estados como o Rio de Janeiro e a Bahia, o custo é ainda maior, chegando a R\$ 2.466,48 e R\$ 2.447,36, respectivamente.

Essas cifras revelam um problema estrutural, em que a soma das taxas do Detran e dos custos de autoescola se tornam empecilhos para muitas famílias brasileiras. O preço elevado faz com que a regularização de condutores seja um desafio, o que aumenta o número de motociclistas e motoristas irregulares nas ruas, impactando a segurança no trânsito.

4. Como Democratizar e facilitar o acesso à CNH

A desburocratização do processo de obtenção da CNH pode ser alcançada com medidas práticas, muitas das quais podem ser implementadas por meio de portarias do Ministério dos Transportes ou resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), sem necessidade de longos trâmites legislativos.

Essas mudanças visam tornar o processo mais acessível e menos oneroso, sem comprometer a segurança no trânsito. Algumas medidas sugeridas incluem:

1. Cursos de Formação Simplificados:

Uma das principais barreiras à obtenção da CNH é a carga horária

obrigatória imposta pelas autoescolas. Propostas nesse sentido incluem:

- Reduzir a carga horária obrigatória para o curso teórico, focando nos temas que mais previnem acidentes para a segurança no trânsito.
- Implementar cursos online que permitam maior flexibilidade e acessibilidade, mantendo a qualidade do aprendizado e tornando o processo mais inclusivo para candidatos de diferentes regiões.

2. **Redução de custos para os candidatos:** O elevado custo para obter a CNH é um dos principais entraves para muitos brasileiros, especialmente em regiões de baixa renda. Algumas medidas incluem:

- Aulas com instrutores independentes: A eliminação da obrigatoriedade de frequentar autoescolas tradicionais permitiria que os candidatos optassem por instrutores independentes, devidamente regulamentados, resultando em aumento da concorrência e redução significativa dos custos.
- Material didático online gratuito: Os órgãos de trânsito poderiam disponibilizar gratuitamente materiais de estudo e guias de instrução online, permitindo que os candidatos estudem por conta própria, eliminando a necessidade de aulas presenciais em locais distantes.

3. **Reforço nas Medidas de Segurança:** Apesar da simplificação do processo,

é imprescindível manter o foco na segurança, impondo regras como:

- Uso obrigatório de equipamentos de segurança: Capacetes e vestuário de proteção devem continuar sendo exigidos e a fiscalização dessas normas deve ser reforçada.
- Educação contínua sobre segurança no trânsito: Mesmo após a habilitação, os condutores devem ter acesso a campanhas e materiais educativos que reforcem as boas práticas no trânsito, acompanhando as mudanças no Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Diante disso, fica claro que a desburocratização da CNH para motocicletas, motonetas e ciclomotores pode formalizar mais condutores e reduzir infrações e acidentes. No entanto, é fundamental que essa flexibilização seja acompanhada por um forte compromisso com a segurança no trânsito, por meio da educação continuada e da fiscalização, promovendo um trânsito mais seguro e inclusivo para todos.

Com a colaboração de:

Rafael Moredó

Coordenador de Políticas Públicas do Livres

Matheus Rocha

Analista de Relações Governamentais do Livres

Deborah Bizarria

Economista e Especialista em Gestão Pública

Referências

1. SENATRAN. **Panorama Estatístico Brasileiro de Motocicletas, Motonetas e Ciclomotores**. Disponível em:
<https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/noticias/2024/09/levantamento-da-senatran-aponta-que-maioria-de-proprietarios-de-motos-nao-possuem-habilitacao-para-conduzir-o-veiculo>.
2. CORREIO BRAZILIENSE. **Ônibus perdem passageiros para carro, moto e app, mostra pesquisa**. Publicado em 07 de agosto de 2024. Disponível em:
<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/08/6915554-onibus-perdem-passageiros-para-carro-moto-e-app-mostra-pesquisa.html>.
3. G1. **1 em cada 3 cidades tem mais motos que carros; INFOGRÁFICO mostra a situação na sua**. Publicado em 06 de janeiro de 2024. Disponível em:
<https://g1.globo.com/carros/noticia/2024/01/06/1-em-cada-3-cidades-tem-mais-motos-que-carros-infografico-mostra-a-situacao-na-sua.ghtml>.
4. Organização Pan-Americana da Saúde; Organização Mundial da Saúde. **Segurança no trânsito**. Disponível em:
<https://www.paho.org/pt/topicos/seguranca-no-transito#:~:text=O%20uso%20correto%20de%20capacetes,dos%20bancos%20traseiros%20em%2025%25>.
5. AGÊNCIA BRASIL. **Trânsito: dos 30 mil proprietários de motocicletas, 17 mil não têm CNH**. Publicado em 10 de setembro de 2024. Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-09/transito-dos-30-mil-proprietarios-de-motocicletas-17-mil-nao-tem-cnh>.
6. G1. **Mais que a metade dos donos de moto no Brasil não possui CNH**. Publicado em 14 de setembro de 2024. Disponível em:
<https://g1.globo.com/carros/motos/noticia/2024/09/14/mais-que-a-metade-dos-donos-de-moto-no-brasil-nao-possui-cnh.ghtml>.
7. Agência de Notícias - IBGE. **IBGE divulga rendimento domiciliar per capita 2024 para Brasil e unidades da federação**. Publicado em 28 de fevereiro de 2024. Disponível em:
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/42761-ibge-divulga-rendimento-domiciliar-per-capita-2024-para-brasil-e-unidades-da-federacao>.
8. WEBMOTORS. **Quanto custa tirar a CNH em 2024?**. Publicado em 14 de agosto de 2024. Disponível em:
<https://www.webmotors.com.br/wm1/dinheiro-e-economia/quanto-custa-tirar-a-cnh-em-2023#:~:text=O%20pacote%20para%20se%20habilitar,itens%20e%20condi%C3%A7%C3%B5es%20citados%20acima>.